



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 48ª
(QUADRAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.496, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária do Distrito Federal no valor de R\$ 19.777.000,00 (dezenove milhões setecentos e setenta e sete mil reais) para reforço de dotação orçamentária consignada ao vigente orçamento".

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.496, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária do Distrito Federal no valor de R\$ 19.777.000,00 (dezenove milhões setecentos e setenta e sete mil reais) para reforço de dotação orçamentária consignada ao vigente orçamento”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

A Presidência vai suspender os trabalhos para uma reunião dos Parlamentares.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h16min, a sessão é reaberta às 17h35min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V. Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 46ª Sessão Extraordinária.

Conforme ficou acordado com o conjunto dos Parlamentares na reunião que nós fizemos, solicito a publicação da nova formatação dos blocos, haja vista que o Deputado Rogério Ulysses, do PSB, agora passa a ter sua composição independente.

Deputado Rogério Ulysses, V.Exa. deseja fazer uso da palavra?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por questão de ordem, eu gostaria de utilizar a tribuna porque, até este momento, não nos foi dada a oportunidade de falar deste termo e acho que seria importante, se V.Exa. permitir.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Como a Casa está retornando à normalidade com um número muito maior de Parlamentares hoje, concedo a V.Exa. e a qualquer Parlamentar que queira fazer uso da palavra em função da crise estabelecida autorização para utilizar a tribuna.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, eu queria, primeiro, agradecer esta oportunidade; e queria, inclusive, pedir a oportunidade de ser ouvido pelos Parlamentares que aqui nesta Casa estão presentes e ser ouvido, também, pela imprensa, pelos meios de comunicação, porque é a primeira oportunidade que eu estou tendo e que todos os Parlamentares que, de alguma forma, tiveram seus nomes mencionados nessa crise, têm de se pronunciar oficialmente. E isso só pode ser feito de fato, Sr. Presidente, desta tribuna. É daqui, é daqui que eu quero trabalhar na perspectiva de resgatar a minha honra.

Neste primeiro momento de crise – e de uma crise talvez nunca vista por nenhum cidadão deste País –, é natural que se façam generalizações, que todos os casos sejam tratados de forma igualitária, que não seja dado o direito de se mostrar as peculiaridades de cada pessoa que tenha tido o nome citado ou mencionado neste fato. E eu queria ter esta oportunidade, Sr. Presidente.

Primeiro: não há, não houve e não haverá nenhum vídeo gravado por este cidadão desqualificado chamado Durval, em que eu apareça. Não o conheço, nunca o vi, nunca convivi com ele. Sempre ouvi a sua fama de desqualificado. Nunca tive a oportunidade, graças a Deus, de me sentar em frente a esse homem. Não há e não haverá nenhum vídeo meu em frente a esse crápula.

Segundo: o meu nome foi mencionado, sim, em uma conversa covarde, em uma conversa descontextualizada em que eu não estava presente; uma conversa no submundo da política desta cidade, um submundo que eu nunca presenciei. Eu me aproximei deste Governo com uma única expectativa: fazer um bom trabalho e defender a minha base. Tive meu nome covardemente citado e, em função disso, sofri uma busca e apreensão. E quero aqui – porque, em nenhum momento, me deixaram – falar isto: nada, nada foi encontrado nesta busca! Nenhum centavo! Nenhum centavo, nada que me incrimine. Isso não foi falado em nenhum meio de comunicação. Sofri, sim, a busca, e estou aberto para qualquer busca, a qualquer momento, em qualquer local, porque nada tenho a esconder.

Estou abrindo, voluntariamente, o meu sigilo bancário, o meu sigilo fiscal e o meu sigilo telefônico. Voluntariamente! Estou tomando todas as medidas cabíveis para defender a minha honra, que foi imaculada em uma conversa em que eu não estava presente. Em que qualquer Parlamentar, qualquer figura pública desta cidade



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

poderia ter dito o seu nome, de forma mentirosa, de forma caluniosa, envolvido naquele momento.

E nós não tivemos, até agora, o direito de fazer uma diferenciação dos fatos. Eu quero responder em cima dos fatos. E, em cima dos fatos, eu vou conseguir provar a minha inocência. Essa perseguição, essa perseguição mentirosa, essa perseguição covarde que estão fazendo contra nós, contra mim, neste momento.

Medidas concretas que estou tomando a partir de hoje: estou me desligando de todo e qualquer bloco que exista nesta Casa. Não que eu tenha contra nenhum Parlamentar nenhum tipo de desconfiança. É para que eu tenha independência; a independência de defender a minha honra e o meu nome. Não faço e nem farei, por orientação partidária, parte de nenhum bloco partidário.

Estou reassumindo a Comissão de Constituição e Justiça, da qual me licenciei para dar transparência e liberdade a fim de que o processo acontecesse de forma tranquila. Mas me sinto na responsabilidade de voltar à Comissão de Constituição e Justiça e dar toda a celeridade e toda a contribuição para que a CPI ande, para que qualquer pedido de *impeachment*, de responsabilidade, seja apreciado com transparência.

Eu retorno à Comissão de Constituição e Justiça para prestar o meu papel e dar a oportunidade. E assinei todos os pedidos de CPI. No primeiro pedido de CPI, apresentado pelo Deputado Reguffe, a segunda assinatura foi a minha. Todos os pedidos de CPI que chegaram a minhas mãos tiveram a minha assinatura.

Pedi ao meu partido – fui signatário do pedido – a criação de um conselho de ética no meu partido para que eu possa me defender junto a meu partido. E quero me defender no Conselho de Ética desta Casa também. Acho, inclusive, que nós deveríamos iniciar o processo de investigação por cada um dos Parlamentares para que nós tenhamos o direito sagrado da defesa. A partir daí, podemos, sim, analisar o crime de responsabilidade com total liberdade, sem nenhum tipo de isenção. Eu quero participar desse processo, mas depois de provar a minha inocência no Conselho de Ética desta Casa.

Quero aqui, Sr. Presidente, dizer que este é um momento difícil, não da minha vida parlamentar, até porque acho que talvez nem venha a concorrer mais às eleições, porque eu não conhecia esse lado podre, esse lado de perseguição, esse lado de mentira da política. Mas, enquanto eu tiver forças para defender a minha honra, a oportunidade de falar sobre fatos verdadeiros, eu estarei à disposição de qualquer órgão de imprensa, de qualquer pessoa.

A mim, mais do que a qualquer um, interessa o direito de me defender e de mostrar que eu estou sendo perseguido e caluniado. E peço a todos que estão cobrindo esse momento que façam as diferenciações necessárias. Que não me velem, que não generalizem, porque existem peculiaridades e diferenças. E as minhas são claras. Não há nenhuma filmagem e não haverá.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

Nada foi encontrado nas buscas feitas pela Polícia Federal. E eu estou à disposição, desde o primeiro momento, para prestar qualquer informação a quem quer que seja. Quero me defender. Só o que quero é isto: ter a oportunidade de resgatar a minha honra.

Agradeço a todos os Parlamentares. Sei que este é um momento duro para todos. Para todos. Porque quem está perdendo neste momento é a política do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO 3PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Rogério Ulysses.

Pergunto se ainda há mais algum Parlamentar que queira fazer uso da palavra. (Pausa.)

O Deputado Rôney Nemer, posteriormente, o Deputado Benedito Domingos – Deputado Wilson Lima, faça a inscrição por gentileza –, Deputado Aylton Gomes, Deputada Eurides Brito.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, venho aqui também mostrar a minha indignação com o que foi dito. Meu nome também foi mencionado nessa conversa como bem disse o nobre Deputado Rogério Ulysses. Eu tenho a tranquilidade muito grande. Minha consciência está tranquila. Eu não sou Deputado. Eu estou Deputado. Sou servidor público. Sempre tive muito orgulho disso. Exerci vários cargos, em vários lugares, de vários governos e nunca me envolvi em corrupção nenhuma. Fui Secretário de Obras do Estado durante 3 anos. Mais de bilhão passou na minha mão, como Secretário de Obras. Nunca me envolvi com nada. Tenho minha consciência tranquila.

Fiquei muito abalado. A família da gente sangra. O compromisso que eu tenho, essa minha falação aqui, é o compromisso não só com os quase 23 mil votos que tive, mas com a população do Distrito Federal inteira.

Eu moro numa cidade pequena — Recanto das Emas —, onde eu faço compra, onde eu vou ao bar, eu frequento vários lugares e a gente fica, muitas vezes, constrangido, porque, como bem disse o Deputado Rogério Ulysses, nivelam todo mundo por baixo. Eu tenho uma tranquilidade muito grande. Tem sido difícil, muito difícil. Não é pouco, não. Ora, a gente fica baqueado quando a gente vê... As pessoas, quando sai o nome no jornal, e de forma muitas vezes generalizada, colocam todo mundo, como se todo mundo estivesse dentro do mesmo saco, como se houvesse essa corrupção. Eu acho que, quando instalarmos a CPI, vai ficar comprovado se havia ou não, parecia que o objetivo dela principal era dar caixinha para Deputados, que é uma coisa de que eu nunca ouvi falar e nunca participei.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

Eu acho que esta Casa aqui, por várias vezes, vários de nós votamos contra o Governo. Outro dia mesmo, na questão da VPNI do IDHAB, nós discutimos, divergimos da Líder do Governo e votamos favoravelmente aos servidores. Então, é muito fácil jogar o nome de uma pessoa na lama, porque a gente leva anos para construí-lo com trabalho, com seriedade. E uma conversa leviana leva o nome da pessoa a essa situação em que está.

Então, eu queria dizer aqui que eu também estou à disposição. Já disse à imprensa, já falei a todos. Meu sigilo bancário, telefônico, fiscal, está tudo à disposição. Não tenho a menor dificuldade seja ao Supremo, seja à Polícia Federal. Não vejo a menor dificuldade. Está tudo liberado. Quero ser julgado aqui também. Apesar de não saber nem do que sou acusado. Porque, no caso, na hora em que meu nome foi citado, houve um hiato, há uma incompreensão do que foi falado.

Agora, o mais importante é a gente ter a cabeça erguida, resgatar o que a gente leva anos... É difícil, porque a imagem fica arranhada. Mas, com muito trabalho, com muita fé – que tenho e que é muito grande –, eu tenho certeza de que nós, todos aqueles que não devem, não temem. E efetivamente, que tudo seja apurado, seja aqui dentro, seja do Governo. E quem tiver culpa, que pague pelos erros que cometeu.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estava ansioso para que esta Casa retomasse os seus trabalhos normais para eu subir a esta tribuna e também trazer a minha palavra. A turbulência a que nós fomos acometidos nesses últimos dias impediu-me isso, mas, hoje, graças a Deus, aqui estou.

Eu quero dizer a V.Exas. o seguinte: companheiros, eu sou um deputado distrital e também presidente de um partido político. Na minha pessoa, existem 2 atividades: a minha e a da presidência do partido. Algo tem sido feito, veiculado. Isso já foi dito pelo meu amigo e companheiro Deputado Rogério Ulysses, pelo companheiro Deputado Rôney Nemer. Machuca. Eu tenho quase 40 anos de vida pública em Brasília. Já passei por tantos cargos públicos na Capital da República. Já exerci tantas atividades. Tenho uma família, tenho filhos, netos e bisnetos. Hoje a gente se sente constrangido, humilhado.

Primeiramente, nós fizemos uma coligação em 2006. Sessenta e seis Sras. e Srs. candidatos a Deputados Federais e a Deputados Distritais se coligaram e receberam apoio, sim, para serviços gráficos, gasolina, etc., colegiados por uma executiva. Se algo foi passado, não foi para o Deputado, foi para a coligação. Mas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

não os valores expressos que estão por aí, que por si só já dizem a inverdade. Um valor como aquele divulgado, eu teria que contratar um carro-forte para buscá-lo. Jamais frequentei, mesmo quando Vice-Governador, o gabinete da CODEPLAN. O que ocorre é que fizemos esse trabalho conjunto com o PSC, que se coligou conosco, com o PP, na época. Agora, talvez tenham errado nos zeros, puseram alguns zeros a mais, porque a importância foi bem mais insignificante do que se fala hoje. E ficamos nós pagando até o risco, porque as pessoas acham que eu estou milionário. Eu tenho seis filhos casados, quatro pagam aluguéis. Tenho seis netos casados, quatro pagam aluguéis, não têm casa própria. Vivo na minha casa, da qual nunca mudei, mesmo quando Vice-Governador, na cidade de Taguatinga, com a minha modéstia e a minha simplicidade de vida.

Fui candidato ao Governo em 2002; tinha propostas para desistir da minha candidatura. Não aceitei. Fiquei em terceiro lugar. No segundo turno, também tive ofertas políticas vantajosas. Preferi ficar com o PP e apoiar o Magela, em uma campanha pobre, sem recursos, sem coisa nenhuma. O resultado é que tive de vender patrimônio pessoal para cobrir as despesas da minha campanha de 2002, quando fui covardemente abandonado e traído por muitos que se diziam meus amigos. Os meus companheiros que estavam no Governo foram enxotados, humilhados. O pessoal que estava em Samambaia saiu vaiado, com as pessoas jogando bucha de laranja neles, porque eram meus companheiros, como aconteceu também em Ceilândia e em outras localidades. Mas, levantei a cabeça, não me curvei, porque, graças a Deus, estou aqui desde 1958. Construí uma vida. Hoje, quanto a essa outra situação que também foi dita aqui, isso é um absurdo. Se eu tivesse fazendo política para fazer negócio, teria feito em outras oportunidades. Jamais.

Mas pagamos um preço muito caro. O assassino ou os assassinos da 113 sul, que não foram descobertos, se forem amanhã presos, não sofrerão 1% da humilhação pela qual nós estamos sofrendo hoje pelas notícias veiculadas. Isso machuca, fere.

Onde estão os preceitos constitucionais? Onde estão os nossos direitos ao contraditório? Onde estão os nossos direitos de defesa?

Coloco-me também conforme os colegas que me antecederam. Deixo aqui livremente, e dou procuração para quem quiser levantar, a minha vida bancária, fiscal e telefônica também. Não só a da minha pessoa, mas de qualquer membro da minha família. Terão toda a liberdade. Vou ao cartório e passo uma procuração, porque nada tenho a temer.

Sou uma pessoa que pode dizer “empobreci na política”. Se levantarem meu patrimônio, construído com as minhas mãos, com o trabalho de um pioneiro na Capital da República, e verificarem meu patrimônio hoje, meu patrimônio diminuiu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8

Pode ter se valorizado nominalmente pela correção dos valores contábeis, mas não dos bens materiais que eles possuem.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou hoje feliz de ver que retomamos os trabalhos, aprovamos algumas coisas importantes, vamos aprovar uma CPI, vamos passar pelas Comissões. Também quero que me investiguem e me examinem, porque já passamos... Já estive na Câmara Federal. Passamos pelo *impeachment* do Collor, eu estava lá como Deputado Federal. Passamos pela CPI dos Anões, e tantas outras coisas se passaram no meu período como membro da política do Distrito Federal. E, graças a Deus, eu também quero andar de cabeça erguida. Eu quero me olhar no espelho e jamais ter vergonha do meu rosto. Nunca pratiquei ato que envergonhe a minha vida. Por isso me sinto feliz, e parabênizo V.Exa. pela maneira sábia, segura, com que vem conduzindo os nossos trabalhos.

Eu acho que nós temos tudo para dar respostas. Hoje estamos sofrendo, não só nós, a sociedade, a nossa casa, essa representação que diz muito, a Casa do povo de Brasília, que não pode pagar um preço tão caro por pessoas levianas que dizem nomes, citam nomes, como se estivessem numa brincadeira, mexendo com a honra e com a dignidade de cidadãos que sempre primaram por uma vida reta, correta, uma vida de serviços prestados a nossa comunidade.

Que Deus nos abençoe porque a luta continua, Rogério. Não vamos parar, não. Não se envergonhe, o povo saberá dar respostas a você, ao Rôney, a todos nós.

Eu já estou no crepúsculo da minha vida, não sei quanto tempo ainda Deus me dará para viver, mas quero terminar meus dias com a dignidade e o caráter de quando nasci. Quero levá-los para a sepultura. Que Deus nos abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Benedito Domingos.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, boa-tarde, nobre pares, nossa querida imprensa, todas as pessoas presentes aqui, nesta tarde. Uma tarde histórica, uma tarde muito esperada. Depois de tudo o que aconteceu, este momento era muito esperado. Eu tenho certeza de que não só por mim, mas por toda a imprensa, por todos os companheiros da Casa, por toda a comunidade do Distrito Federal, e – tenho certeza – por três pessoas: meu pai, minha mãe, e uma esposa que tenho dentro de casa por quem tenho um carinho profundo. Minha vida se transformou de um período pra cá, mas podem ter certeza de que não baixei a guarda e não baixei a cabeça um minuto, por ter



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9

consciência dos fatos e de que tudo o que estava acontecendo era uma tempestade que logo passaria.

Quando cheguei a esta Casa, um Deputado de primeiro mandato, um menino, um bombeiro que sonhou na defesa da sua categoria, um planaltinense nato, que nasceu e cresceu numa cidade que é o berço do Distrito Federal – a poligonal do Distrito Federal tem uma cidade da grandeza de Planaltina – e que há muito não tinha uma representação. E quando aqui nesta Casa cheguei, depois de um ano de aprendizado, depois de um ano vendo como o Legislativo funciona, de ver como realmente a Casa de Leis funciona, aceitei um desafio de estar numa administração pública, de estar no Executivo por um simples motivo: ver aquela cidade crescer, ver a cidade melhorar, ver a cidade andar, e nem por isso deixar de lutar pelo Distrito Federal e nem por isso deixar de lutar pela categoria que tanto amo, que é a dos Bombeiros. Prova disso é que, recentemente, aprovamos um Plano de Cargos e Salários, e prova disso é com quem conhecia Planaltina e hoje, quando vai a Planaltina, sabe do que eu estou falando. Dos quilômetros de asfalto, de água pluvial, da Praça do Estudante, da Vila Olímpica, de ginásios, de estacionamento, de iluminação, de uma transformação completa daquela cidade. Não medi tempo, não medi espaço, não medi hora nesse período. Não entendi até agora – estou esperando uma resposta e tenho certeza de que vou obtê-la – o porquê de um nome citado.

A Polícia Federal não me fez busca. Não sou objeto de investigação. Muito me angustiou este período, por eu estar buscando respostas. Declaro que não estive, em nenhum momento, em gabinetes, como foi dito nos vídeos distribuídos. Não conheci, vim conhecer através da imprensa, não sabia da existência daquele moço. Ele deve responder pelos seus atos. Eu não estou aqui para julgá-lo, mas ele deve saber o que fez.

Tive muita dificuldade de entrar na casa do meu pai, olhar no fundo dos olhos dele e falar: "Pai, o senhor pode ter certeza de que eu não tenho nada a ver com aquilo." Foi um dos momentos mais difíceis da minha vida. Mas, como ele me ensinou que nunca devemos baixar a guarda e nunca devemos ter medo em momento nenhum da vida, eu encarei, entrei e falei. Da mesma forma, estou falando para os senhores. Eu tenho muita tranquilidade.

Nobres Pares, esta Casa merece uma resposta, esta Casa merece uma ação. Seguindo o que os nobres Pares já falaram, eu não tenho dificuldade nenhuma de colocar os meus bens, de colocar o meu imposto de renda, o meu telefone. Se, no meu telefone, houver uma marcação de encontro de mulher, eu me retiro desta Casa. Algo que eu sempre respeitei: fidelidade no casamento. Eu tenho fidelidade com os princípios que eu assumi aqui nesta Casa. Repito: não participei, não estava presente. Podem quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico. Podem procurar os bens que eu adquiri desde quando era bombeiro e como Parlamentar, há quase três anos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10

Durante o período em que eu fiquei nesta Casa, na maioria do tempo, eu fiquei na Administração Regional de Planaltina. Todos os processos estão naquela Casa para serem avaliados. Não tenho medo nenhum de nenhuma investigação sobre o período em que lá estive, até porque eu tinha grandes amigos e, de três em três meses, as minhas contas eram auditadas, os meus processos eram auditados e nada se encontrava, porque era um trabalho transparente, limpo e tranquilo. Então, em toda auditoria que houve na Administração quando lá eu estive, nada foi encontrado.

O meu nome foi envolvido recentemente em um processo da Via Sacra. Os mais desavisados, os que não buscam a verdade, os que vão pela conversa de corredor me subjugaram e me condenaram dizendo que eu tinha dado o calote em um grupo de que faço parte há tantos anos, que defendo e pelo qual tenho um carinho muito grande, que é o processo da Via Sacra. Posteriormente, tiveram de pedir desculpas públicas por entenderem e saberem que eu estava correto naquele processo e que jamais meteria a mão naquilo que não é meu. E provei isso. As pessoas chegaram a essa conclusão, divulgaram e pediram desculpas públicas.

Assim como no processo da Via Sacra, eu não tenho dúvida de que, nesse processo, quando instaurado por V.Exa., qualquer investigação... Eu até faço um apelo, como o nosso querido amigo Rogério Ulysses fez aqui: que este processo se inicie aqui com uma investigação interna, para que se tire de vez qualquer sombra, qualquer dificuldade; e que cada processo seja avaliado com muito carinho e com muita destreza, para que pessoas realmente possam se livrar de uma culpa que não têm, de um julgamento precoce por parte de muitas pessoas, que, muitas das vezes, não terão a consciência de pedir o perdão no dia de amanhã.

Eu reafirmo a vocês, à nossa querida imprensa, aos nobres Pares, ao Presidente e a toda comunidade que nos assiste: estou muito tranquilo para responder, a qualquer instante, a qualquer momento, tudo aquilo que tentaram colocar nas nossas costas e, principalmente, nas costas aqui de quem vos fala. Reafirmo: não fui objeto de investigação, não tive busca e apreensão e estou me colocando à disposição.

Sr. Presidente, eu agradeço este tempo que V.Exa. dispôs a todos os companheiros para poderem falar aqui com tranquilidade, para darem sua resposta e dizerem que não têm nada com esta situação. Não sei o motivo, mas vou descobrir o motivo de meu nome ter sido citado em uma fita, em uma gravação de que eu não participei, em que eu não estive presente. Eu não tenho dúvida de que isso, logo, logo, vai se desenvolver.

Que Deus abençoe a cada um. Peço mesmo de coração. Não abaixemos as nossas guardas, não abaixemos as nossas cabeças. Sigamos os nossos ideais, sigamos as nossas lutas. Podem ter certeza de que o que é errado será corrigido e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11

que o certo continuará certo. Vamos continuar lutando. Que Deus abençoe a cada um e a nós todos.

Quero mandar um abraço especial a minha família, que sofreu e está sofrendo.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Aylton Gomes.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, por esta oportunidade que nos dá.

Há uma história, uma lenda que se conta sempre nas escolas às crianças e depois é passada, Deputado Paulo Tadeu, aos adultos: uma vez, uma pessoa subiu ao alto de uma montanha com um saco cheio de penas de aves. Ali, depois de muito meditar, ela resolveu soltar as penas. E alguém disse: “Por que você faz isso?” Ela disse: “Cada pena representa o nome de uma pessoa a quem eu aborreço. Por isso, eu vou soltá-las.” E o companheiro perguntou: “E se depois você fizer as pazes? E, se a razão do seu aborrecimento não for confirmada, o que vai acontecer?” Ela disse: “Não sei. Eu recolho. Ninguém recolhe penas lançadas sobre o vento.”

Deputado Rogério Ulysses, V.Exa. é um Deputado jovem, V.Exa. é um Deputado que ainda vai assistir a muita coisa boa e a muita coisa nojenta na vida política, na vida parlamentar.

Talvez, o Deputado Benedito Domingos e eu, por já estarmos há mais tempo na política, sintamos como qualquer um sente, mas a pele já está mais endurecida, o couro já está mais curtido. E, muitas vezes, as náuseas, nós sabemos controlar talvez de uma forma melhor.

Se você, por exemplo, tivesse no último sábado, ou melhor, no último domingo, lido o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, que é vendido em todo o país - alguém quis me consolar dizendo que, em Brasília, só são vendidos 800 jornais, mas isso não é consolo -, teria lido que eu fui a Relatora do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e que, durante a relatoria, fui advertida pela representante do Ministério Público de que aquele plano não poderia ser aprovado e que, mesmo assim, eu o fiz, coisa que nunca aconteceu.

Eu participei, como poucos Deputados participaram, das onze audiências públicas do Plano Diretor. Eu fui um dos três relatores que falaram sobre a constitucionalidade. A matéria fazia referência à redação final, que estava sob a minha responsabilidade.

Eu peço desculpas aos servidores da Casa que compunham a assessoria da Comissão de Constituição e Justiça, porque, com eles, eu fiz um acordo: a redação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12

final seria feita exclusivamente por membros desta Casa, funcionários de carreira, aos quais eu dedico o maior respeito e a maior confiança, mas é pena que foi jogada de cima do monte.

Nesta Casa, não faz muito tempo, há alguns anos, poucos anos, fui também acusada de atitudes ilícitas para depois ser no meu gabinete chantageada por um funcionário público ainda vivo, cujo nome eu dei desta tribuna, dizendo que, se a ele eu desse 900 mil reais, retiraria uma CPI que faziam contra mim. Denunciei e nada foi feito. Chama-se Sr. Vinícius Genski. Sequer foi chamado para responder nesta CPI. É a vida, Rogério. É a vida.

Mas quero dizer a você uma coisa. Existe diferença entre o conceito de caráter e o conceito de reputação. Reputação é aquilo que todos que estão aqui ou fora daqui pensam que nós somos. Isso é reputação. Uns têm grande reputação, outros pouca reputação. Caráter é aquilo que nós somos, mesmo no escuro, podendo fazer as maiores perversidades, mas não as fazemos porque não é do nosso caráter. Eu não me importo com a reputação. Eu sinto dor com a reputação.

Olho os semblantes nos corredores desta Casa que me abraçam, que me beijam, mas que, na hora em que viram que eu era atacada de uma forma infame e mentirosa, nunca me deram a mão. Passado o tempo, batiam no meu ombro e diziam: “Nunca acreditamos nisso a seu respeito”. Diferença entre reputação e caráter. Eu me preocupo com o que Deus pensa a meu respeito. É com isso que eu me preocupo. Não me preocupo com o que ninguém pensa a meu respeito. No plano de salvação, apenas me preocupo com o que Deus pensa a meu respeito — quer vocês acreditem que isso existe, quer acreditem que isso realmente não existe.

Estou hoje, nesta tribuna, desobedecendo — e vou aproveitar para pedir desculpas — ao meu advogado, porque fui proibida por ele de fazer qualquer comentário — os advogados aqui presentes sabem disto —, porque a cada palavra, a cada coisa, um aumenta, um tira uma palavra, um diz outra coisa, e assim vão as coisas.

Hoje alguém me perguntava se eu assistia a TV. Assistio. Eu olhava pela TV, na manhã de ontem, o *Bom-dia DF*, pois passa na hora em que eu faço ginástica para poder manter a energia para continuar trabalhando — muitos gostariam que eu não tivesse essa energia para continuar trabalhando, mas Deus me tem dado e, enquanto Ele me der, eu trabalharei —, e eu via que, entre os que estavam aqui acampados, que foram genericamente chamados de “estudantes”, havia um que se aproximava da televisão a toda hora — vinha o vídeo e ele estava em cima — com um cartaz: “Deputada Eurides Brito, a senhora ainda é adventista?” Brasília toda viu esta cena. Eu não entendi. Mas eu vou aproveitar para responder a este indivíduo que não tem coragem de fazer a mim esta pergunta frente a frente, porque há homens e homens, há mulheres e mulheres, há covardes e há corajosos: “Seu sem-vergonha e seu patife, sou adventista”. E não vou mandar identificá-lo, apesar de já



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	13

ter recebido ofertas voluntárias de pessoas para identificá-lo, porque isso me enoja, mas não faço desta Casa e de nenhum lugar da minha vida união entre religião e minhas ações políticas. Por que meter o nome da minha igreja nisso? Nunca ninguém me viu andar de Bíblia debaixo do braço. Eu acredito na religião do coração, na religião da ação, como acredito num Estado laico.

Nesta Casa, tem que perguntar é: "A Sra. Deputada tem caráter ou não tem?" Não tem que perguntar qual é a religião que eu realmente exercito. É na minha igreja que eu devo ser interrogada, perguntada se quero permanecer, se quero ser desligada, o que é que eu quero.

Covarde. Mundo cheio de pessoas covardes.

Peço desculpas ao advogado, que tem me proibido realmente de fazer isso. E eu dizia: "Mas por que não responder?" Como professora, o professor é dialético. Ele é "bate-pronto". Vem pergunta, vem resposta, vem pergunta, vem resposta, somos dialéticos, Deputado Paulo Tadeu. Então é com isso que mais eu sofro, porque eu sou dialética.

Mas me ensinou ele, com sua experiência jurídica, que é um desrespeito à Justiça eu antecipar, antes de ser ouvida, minhas respostas. E que o ministro, os juízes e aqueles que irão nos chamar para depoimentos possam ler nos jornais, muitas vezes com deturpações, as respostas para as questões que realmente colocaram a meu respeito.

O caráter que aprendi com uma senhora semianalfabeta, mas que me criou, me educou, me fez me formar, colocou na minha vida talvez todo o sonho que ela tinha para a vida dela, que foi Dona Maria Brito, eu preservo e eu trato, e este é o meu caráter.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO ALÍRIO NETO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população que está em casa, eu poderia começar pela Escola Base, porque, por ser policial, eu tive a oportunidade de acompanhar aquele episódio muito proximamente, em que a *Folha de S. Paulo* junto com alguns policiais daquele Estado basicamente massacraram uma família e posteriormente descobriram o equívoco. Eu poderia citar o caso do Alceni Guerra, em que depois foi reconhecido publicamente, apesar de ter sido massacrado no Governo Collor, que houve um equívoco, e tudo naquele momento levava a crer que fatos o envolviam. Poderia citar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	14

o caso do Ibsen Pinheiro, que foi massacrado também e depois conseguiu provar sua inocência, mas o desgaste da família, o desgaste emocional foi muito grande.

Mas eu quero falar especificamente do caso dos nossos companheiros aqui. A minha experiência policial — são 26 anos de carreira policial — me diz que todos os fatos sempre têm 3 versões: aquilo que se comenta, aquilo que é acusação e o fato real.

Acho que todo ser humano merece o direito da defesa. A verdade é que, no momento que nós vivemos no nosso País, em especial nessa crise do Distrito Federal, as pessoas têm sido execradas sem ter direito sequer de se defender. Até porque há, realmente, um apelo popular com relação a isso. Há um desgaste muito grande.

Eu vejo, neste momento, a serenidade dos Deputados em fazer sua defesa. Conheço os companheiros, contam com minha solidariedade, mas eu queria também fazer um apelo. Quando se tem um espírito público, quando se decide se dedicar a uma atividade pública, nós temos que ter uma responsabilidade maior ainda, que é a nossa comunidade, que é o Distrito Federal.

Quero afirmar que Brasília tem que ser maior do que esta crise. As nossas instituições têm que ser maiores do que esta crise, tanto o Poder Legislativo, como o Poder Executivo, como o Poder Judiciário. Nós temos que ter a capacidade de fazer a apuração, porque é isso que a sociedade espera de nós, mas também temos que ter a capacidade de deixar o Estado seguir em frente e de respeitar todo o povo do Distrito Federal naquilo que é obrigação nossa como pessoas públicas.

Eu acho que hoje a Câmara Legislativa começa a dar essa resposta. Se não voltássemos ao trabalho, mais de 70 mil funcionários ficariam sem receber seus salários. Responsavelmente, nós - tanto da Oposição, quanto da Situação, ou aqueles que estão aqui trabalhando na Casa como Parlamentares eleitos - fizemos uma rodada de diálogo e chegamos à conclusão de que essa responsabilidade é nossa. O salário é sagrado, nós jamais poderíamos deixar que isso acontecesse.

Quero apenas dizer neste momento, em especial aos Parlamentares, o seguinte: tenham certeza de que a oportunidade de defesa será dada, porque isso será defendido por nós. E quero falar para a sociedade de Brasília que tenha certeza de que esta Casa, pelo que tenho conversado com todos os Parlamentares, não pretende se furtar a sua responsabilidade de fazer apuração. Agora, com a determinação de dar o direito sagrado de defesa a todas as pessoas.

O princípio do contraditório está na nossa Constituição, todos nós juramos respeitar essa Constituição. O princípio de julgamento de qualquer pessoa pública está na nossa Lei Orgânica, todos nós juramos respeitar essa Lei Orgânica. Isso era dado. Eu conversava com o Deputado Chico Leite agora há pouco e falava sobre isso. Não temos a menor dúvida de que as apurações serão feitas de forma correta, paulatinamente, sem açodamento, sem execração, sem condenarmos as pessoas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	15

sem direito de defesa. Não podemos e jamais praticaremos aqui, eu tenho certeza, atos que venham a manchar a nossa história.

Respeito muito e conheço os Parlamentares, que têm a minha solidariedade. Acho que palavras ditas muitas vezes podem ser induzidas, podem induzir as pessoas a erro. Quero deixar bem claro que confio plenamente nas pessoas que estão trabalhando aqui porque convivi com S.Exas. principalmente nos dois primeiros anos e conheço a posição de cada um. Temos diferenças políticas, até ideológicas em alguns momentos, mas sei da determinação de cada um em defender a sua história, a sua honra e a sua dignidade. Podem contar comigo. Tenham certeza de que esta Casa não vai se furtar a essa participação.

Já ouvi algumas pessoas falando sobre a provável sucessão na Casa. Eu quero abrir um parêntese neste momento: meu nome não está à disposição se houver essa possibilidade. A minha determinação é de voltar a esta Casa como Parlamentar para trabalhar no restante do meu mandato como simples Parlamentar, cumprindo o dever que a sociedade me deu - ajudar a apurar o que está neste momento ocorrendo no Distrito Federal.

Quero dizer, principalmente, que Brasília tem que ser maior do que esta crise. Temos que dar continuidade às obras que nós temos pela frente. Nós temos contratos internacionais que precisam ser assinados para que possamos concluir aquilo que está acontecendo em nossa cidade. Não podemos deixar a EPTG do jeito que está, não podemos deixar a EPGU da forma que está. Temos que entender que temos pela frente alguns compromissos internacionais, que nosso país está sendo referência lá fora. Nós temos, dentro de três anos, provavelmente, a Copa das Confederações, da qual Brasília deve participar. Dois anos depois, a Copa do Mundo, da qual Brasília quer participar. Dois anos depois, a Olimpíada, da qual Brasília quer participar pelo menos na parte do futebol, se nós tivermos estrutura. Então, é necessário que efetivamente essas obras ocorram para que Brasília participe desses eventos.

Além da responsabilidade de fazer especificamente uma boa gestão nesta Legislatura, temos que ter, acima de tudo, responsabilidade com a sociedade de Brasília. Vamos conduzir a nossa cidade, esse é o nosso compromisso, mas sem deixar de apurar aquilo que tem que ser apurado, dando a todas as pessoas o direito de defesa.

Este é o meu posicionamento, esta é a minha solidariedade aos companheiros que estão aqui. Tenho certeza de que Deus vai nos guiar na direção certa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Alírio Neto. Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Quero aproveitar este momento, Sr. Presidente, demais Parlamentares e a imprensa, para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	16

efetivamente não entrar em debate e em questionamento daquilo que aqui foi falado. Eu até me somo às preocupações que o Deputado Alírio Neto traz com relação à continuidade de serviços e obras fundamentais para esta cidade.

Agora, entre as várias respostas que a sociedade deseja desta Câmara está a resposta sobre os meios que serão utilizados por esta Casa para desvendar, de maneira clara e objetiva, o escândalo que, infelizmente, entristece o nosso povo, que envergonha o Distrito Federal perante o resto do país.

É verdade que o direito ao contraditório tem que ser garantido! O direito à defesa é uma peça fundamental da nossa democracia, do nosso Estado Democrático de Direito. Mas esta Câmara não pode se furtar, em hipótese nenhuma, de dar para a sociedade uma resposta precisa do tamanho desta crise que, infelizmente, se abate sobre o Poder Legislativo do Distrito Federal.

O Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, realizou, conforme divulgado pela imprensa e também já confirmado por alguns Parlamentares, algumas reuniões, nos últimos dias, com Parlamentares desta Casa. Eu quero acreditar que os Parlamentares desta Casa não se prestarão ao serviço sujo de tentar impedir que a verdade apareça, porque é importante que ela apareça, até para aqueles que, de maneira leviana, foram citados em uma conversa, como bem disse o Deputado Rogério Ulysses, do submundo da política.

Esta Casa tem que dar uma resposta às imagens a que o povo brasileiro assistiu estarrecido nos últimos dias. Imagens em que os Parlamentares e o próprio Governador recebem recursos. Não conhecemos nem a origem, nem o destino desses recursos. Temos que dar uma resposta! A única maneira de salvar a imagem desta Casa é darmos uma resposta concreta. Não dá, neste momento, para alguém aqui ousar varrer a sujeira para debaixo do tapete e também não dá para criar agora um clima de suspeição sobre todos e, ao mesmo tempo, tentar carregar todos como tática de inviabilizar as investigações aqui dentro. O que fizeram e o que estão fazendo com o Deputado Cabo Patrício nos últimos dias – porque S.Exa. ousou assumir a Presidência desta Casa, S.Exa. ousou apresentar para a opinião pública e para a sociedade os requerimentos contra o Governador – é algo lamentável. É algo lamentável, Deputado Cabo Patrício. Mas, S.Exa. só está sendo atacado porque ousou fazer as investigações. E eu espero que aqueles que ousarem expressar as suas opiniões de maneira sincera e franca, não sejam atacados como S.Exa. foi atacado nos últimos dias.

A CPI não irá inviabilizar a comissão que investigará o crime de responsabilidade do Governador Arruda e do seu Vice. Inclusive o Governador Arruda foi flagrado em uma fita citando vários Parlamentares que hoje estão aqui sofrendo o que estão sofrendo. É bom dizer a todos que a denúncia não partiu do Partido dos Trabalhadores. Ela não partiu da Oposição ao Governo Arruda. Ela partiu de um secretário, aliás, de um ex-secretário do próprio Governador. A gente tem que ter



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	17

certo cuidado para não mudar o foco dessas denúncias e das investigações que precisamos fazer. Quem denunciou o esquema ou, como queiram, o suposto esquema de corrupção foi o Durval, secretário do Governador Arruda, indicado pelo Governador Arruda, nomeado pelo Governador Arruda. Não foi o Partido dos Trabalhadores e nenhum outro Partido, foi o secretário do próprio Governador Arruda. Então, que essa questão fique muito clara para todos nós!

Quero, para finalizar minha intervenção, dizer que nos próximos dias, nos próximos meses, Deputado Aylton Gomes, a capacidade de destruição da imagem de um Parlamentar é muito forte diante de tudo o que aconteceu. Agora, só há uma chance de resgatarmos a nossa imagem, a imagem do Poder Legislativo, e não podemos errar. Não temos o direito de errar. Há que se punir os envolvidos nesses fatos! E, se necessário for, até com o afastamento do cargo que ocupam. Qualquer outra alternativa diferente dessa, a sociedade não irá aceitar, pelos acontecimentos dos últimos dias.

Quero, portanto, Sr. Presidente, dizer a V.Exa. e aos demais Parlamentares que hoje, nas ruas desta cidade, o que se diz é que esta Casa, pelo número de Parlamentares supostamente envolvidos, estaria perdendo a sua capacidade, a sua condição de enfrentar essa crise. É o que dizem por aí. Quero crer que somos maduros o suficiente, isentos o suficiente para dar uma resposta à sociedade. E não podemos passar outra imagem que não seja essa.

Para terminar, quero apenas lamentar a atitude da Polícia Militar do Distrito Federal ontem. Ela, que teve uma ação exemplar nesta Casa, quando teve que cumprir ordem de desocupação encaminhada pelo nosso Presidente, Deputado Cabo Patrício. A Polícia Militar soube encaminhar a desocupação com muita educação, com muito respeito aos manifestantes, tanto aos que estavam aqui a favor do Governo Arruda, quanto aos que pediam e que pedem a punição do Governador. Ela, ontem, agiu de maneira muito respeitosa, mas lamento o episódio de hoje. Lamento a forma truculenta e desrespeitosa como os jovens foram agredidos, os trabalhadores foram agredidos em plena praça pública. Portanto, Presidente Deputado Cabo Patrício, quero deixar o meu repúdio à ação da Polícia Militar na manhã de hoje. Eu até disse a alguns jornalistas que ficou parecendo que ontem, por esta Casa ser um Poder independente, Deputado Chico Leite, a Polícia soube tratar com respeito os manifestantes. Mas, como hoje a manifestação foi contra os escândalos – não contra o Governo em si, mas contra os escândalos que envergonham esta cidade –, parece-me que houve o comando do próprio Governador de bater, de violentar aqueles jovens, aqueles trabalhadores. Parece-me que lá, na Praça do Buriti, como não havia um Poder independente como este, que respeitou tanto os manifestantes favoráveis ao Governador Arruda, quanto os manifestantes contrários, infelizmente, ocorreu exatamente o inverso, e aqueles jovens foram espancados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	18

Encerro a minha intervenção dizendo que o futuro do Poder Legislativo do Distrito Federal passa agora por este Parlamento. E este Parlamento não pode errar e envergonhar a população de Brasília.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Paulo Tadeu. Chamo, para fazer uso da palavra, o Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, crise vem do grego e, ao contrário do que aprendemos de muito tempo, quer significar ver claro. É nos momentos de crise que se podem ver mais claramente as coisas. Ao mesmo tempo, também se sabe que todas as vezes em que há uma crise há também uma tendência ao rompimento com o estado de direito.

Não foi à toa que, na Itália, à guisa da luta contra a máfia, na Operação Mãos Limpas, juízes defenderam a volta do procedimento das ordálias, o procedimento das tormentas nas investigações. Não é à toa que americanos, recentemente, e até ingleses resgataram o lamentável processo de prisão por averiguação de 3 e 8 dias, rompendo com a história do estado de direito.

Estou fazendo essa introdução porque, em momentos como o que vivemos, há, de um lado, uma tendência a oportunismos, ao emprego da dor dos outros para favorecer-se dela. De outro, há também a pouca compreensão dos que são acusados, que, com amargor, ao se defender, tendem a acusar também, generalizando, até falseando, de maneira emocional e pouco articulada. Tenho dito que tanto esse amargor quanto os oportunismos são formas de rompimento com o estado de direito. Não precisava que falássemos e que debatêssemos hoje. Não precisava que antecipássemos qualquer posição. O fundamental é que se diga que, nesses momentos, quem sabe é quem respeita o estado de direito, não partidarizando o debate, não fazendo desse debate palanque, respeitando, sobretudo, as instituições e todos os princípios advindos do *Due Process of Law* – do devido processo legal –, lá da Magna Carta, Deputado Raimundo Ribeiro, de João sem Terra, com a separação das funções de julgador, acusador e defensor, com o contraditório, a audiência bilateral, o direito à ampla defesa, com a transparência, o voto aberto, ostensivo e nominal, que só esta Casa, no País, tem hoje.

De maneira que, se, de um lado, custa-me crer — e vou lamentar muito se houver — que haja qualquer tipo de manobra ou de tática protelatória, que vai destruir a instituição por inteiro – e aí não teremos como debater coisa alguma, porque podemos até ter plano legal, mas não teremos mais moral nem legitimidade –, de outro também, em nome desse mesmo estado de direito, não podemos antecipar julgamentos. Cada um dos procedimentos deve respeitar esses princípios seculares. Todas as vezes em que se rompeu com um princípio desses, foram embora milhões de vidas, às vezes em nome de nobres causas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	19

Então, posso assegurar, meu Presidente, caros colegas — e quero aqui fazer um elogio à desenvoltura de V.Exa., com concordâncias e discordâncias, mas tenho testemunhado que V.Exa. tem dado o melhor de si para cumprir a missão tão árdua que lhe coube —, que procederei aqui com respeito a esse mesmo estado de direito, que defendo há mais de 27 anos, primeiramente, efetivamente, com uma representação oferecida aos colegas Parlamentares. Parece-me que eles mesmos poderiam ter pedido para serem investigados, entregado o sigilo fiscal, bancário e telefônico e se colocado à disposição, com toda a documentação, como outros já o fizeram nesta Casa, assim que foram acusados. Ponto por ponto, respeitando-se o rito regimental e dando-se o direito de defesa, porque há alguns, meu Presidente, sobre os quais há referência e antecipação de julgamento, o que me parece extremamente lamentável para o estado de direito. E mais, que, além das representações, possamos também dar o rito da Lei nº 1.079, com a formação da comissão especial imediatamente, para o processo de *impeachment*.

Esse processo, de maneira transparente, com direito de defesa, respeitando o ordenamento jurídico, mostrará a separação entre culpado e inocente. E, para além disso, a imediata designação ou eleição do corregedor *ad hoc* para proceder às investigações que são necessárias para apurar os fatos imputados aos Parlamentares e às Parlamentares.

O que é fundamental, Sr. Presidente, para todos nós aqui, eu digo sempre aos meus alunos: só tem legitimidade para acusar aquele que tem a capacidade também de se colocar no lugar de quem teve o prejuízo efetivo à sociedade e no lugar daquele a quem se imputa o prejuízo, daquele que é acusado. E só há acusação justa se houver também defesa ampla e legítima. Esses princípios são mais do que bicentenários. Nós precisamos cumpri-los. É isso que posso, Sr. Presidente, garantir a V.Exa. É assim que este modesto Parlamentar, é assim que nós do Partido dos Trabalhadores vamos atuar em todo esse procedimento, com respeito ao Estado de Direito, que é muito maior do que todos nós, no julgamento do Governador — que precisamos iniciar imediatamente —, no dos Parlamentares — separando culpados de inocentes, que precisamos iniciar imediatamente —, na nomeação do corregedor *ad hoc* para que as investigações estejam em tempo.

A meu julgar, Sr. Presidente, esta Casa precisa dar esta resposta — e isso é também princípio do Estado de Direito — à sociedade, de maneira transparente, com coragem e com respeito aos princípios que já alcançam 300 anos.

É assim, Sr. Presidente, que me posicionarei. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) — Obrigado Deputado Chico Leite. Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este é um momento muito difícil, mas um momento muito grave também. Eu, tão logo tive conhecimento das denúncias e dos fatos, me reservei o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	20

direito de esperar dois dias, até para saber do que se tratava, antes de emitir qualquer opinião. Fui procurado logo no primeiro dia por algumas emissoras de televisão e por uma rádio, mas decidi esperar para ter conhecimento exatamente do que se trata.

Após dois dias, tendo conhecimento dos fatos, eu decidi seguir uma linha e pedir algumas coisas. A primeira é a constituição nesta Casa de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar isso. Se isso não é motivo para CPI, eu não sei o que é motivo para CPI. Redigi um requerimento amplo que pedia investigação do Governo, do Governo anterior e também de Parlamentares, de empresários e de servidores públicos. Não foi o requerimento seguido pela maioria dos Deputados; esta é uma Casa democrática. Assinei o requerimento da maioria dos Parlamentares, porque jamais não haverá um requerimento meu de CPI nesta Casa. Até para os assuntos que considero não serem importantes, a minha assinatura está lá, porque eu jamais serei obstáculo para que uma investigação saia.

Espero que esta CPI, que provavelmente não terá a minha presença, porque eu sou o único Deputado do meu partido, espero que ela seja uma CPI séria, que investigue a fundo, doa a quem doer, porque é isso que a sociedade espera do seu Poder Legislativo e não que o seu Poder Legislativo jogue a sujeira para debaixo do tapete.

Segundo. Pedi, depois de dois dias, a abertura de processo na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar para todos os Deputados citados no caso, para que, inclusive, eles possam se defender, porque eu ouvi aqui alguns discursos antes e concordo com eles: não há nada na vida pior do que uma injustiça. Tem-se, sim, que escutar, que é diferente de ouvir. Ouvir, você está ouvindo. Mas escutar a defesa de cada um dos envolvidos. Pedi a abertura de processos na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar para todos os envolvidos, para que se apure a fundo isso e que se apure pra valer, porque, novamente, é isso que a sociedade do Distrito Federal, que os contribuintes do Distrito Federal esperam desta Casa.

Eu pedi uma terceira coisa. Essa terceira coisa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é mais grave, porque essa terceira não está sendo comentada. Enquanto as duas primeiras estão sendo, pelo menos, debatidas, a terceira, não. Existem contratos aí que estão sob suspeição. Ora, tem que haver uma apuração nesses contratos. Eu pedi, eu fiz um requerimento ao Ministério Público Federal, pedindo uma auditoria nesses contratos, para sabermos se os serviços foram prestados, se não foram prestados, se foram superfaturados, se não foram superfaturados. Eu pedi outra auditoria ao Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre os contratos. Eu penso que tem que se investigar isso, inclusive defendendo a rescisão de todos os contratos que estão sob suspeitas que não envolvam serviços públicos essenciais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	21

Eu penso que não tem cabimento que, com essa crise, com a gravidade disso, com os contratos sob suspeição pela sociedade, essas empresas continuem executando os serviços que estão sob suspeição nesse inquérito. Então, eu espero que esta auditoria seja feita, porque o dinheiro público tem de ser tratado com extrema seriedade, Sr. Presidente.

Eu espero, Sr. Presidente, que esta Casa, neste momento, não envergonhe mais a população do Distrito Federal; a forma de não envergonhá-la é investigar isso a fundo, punir culpados de forma exemplar e absolver inocentes, porque justiça é isto: dar direito de defesa às pessoas e depois fazer um julgamento justo, pois não existe meia justiça. Ou se é justo, ou não se é justo.

Eu vim a esta Casa para defender o contribuinte do Distrito Federal e é esse que eu pretendo defender desta tribuna, como assim tenho feito desde o meu primeiro dia de mandato. E assim eu irei proceder, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Reguffe. Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. A última inscrita, depois, é a Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs., a impressão que nós temos é que a cidade sangra, que a cidade está sangrando. A impressão que nós temos é que nós temos uma Brasília envergonhada, e, mais do isso, uma Brasília traída. É como se de repente a cidade tivesse sido roubada de nós mesmos, tivesse sido sequestrada. É como se houvesse uma retirada da condição do povo do Distrito Federal como donos que são, que é, do Distrito Federal. Esta cidade é diferente de outras cidades. A maioria das cidades brasileiras foram construídas a partir de uma grande propriedade e, durante muito tempo, os donos da propriedade se sentiam donos da cidade. Brasília é diferente. Brasília foi construída sob um sonho, de que aqui seria a capital de todas e de todos os brasileiros. Foram pessoas do Brasil inteiro que vieram transformar esse barro vermelho na Capital da Esperança.

Então, neste momento, a cidade se sente sequestrada porque há um conceito, um desnudamento, de um processo de destruição e corrosão da própria República. Todas as vezes que vemos como está sendo, ou como foi utilizado o dinheiro público por esse inquérito, com todos esses indícios, absolutamente graves, temos a impressão de que a cidade já não nos pertence.

Portanto, é preciso devolver Brasília para o povo de Brasília e esta Casa tem o poder e a capacidade de fazê-lo e de aqui estar instaurando todos os processos de investigação. Não apenas as investigações acerca dos Parlamentares, que têm que ter o direito de defesa, que não podem ser submetidos a nenhum tipo de prejulgamento e que teremos de analisar, parece-me, caso a caso, com toda a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	22

investigação necessária para que punidos sejam apenas os culpados. E que não tenhamos nem culpados inocentados, nem, muito menos, inocentes culpados.

É preciso estabelecer esse processo de investigação na Casa, com o trâmite, com o rito, já previsto regimentalmente. É preciso mais que isso! É preciso também estabelecer um processo de investigação do Executivo. Instaurar aqui a ação de crime de responsabilidade. Só esta Casa tem o dever, e eu diria, o poder de efetivamente estar acatando uma ação de crime de responsabilidade. Porque a cidade está sangrando! Porque Brasília está traída! Porque nós temos, de repente, uma sensação de que nada nos pertence nesta cidade! Esta Casa tem que fazer valer o poder legal que tem e passar a limpo as investigações acerca do Governador e do Governo do Distrito Federal.

Esta Casa também deve criar uma CPI, mas o histórico que temos de CPIs, nesta legislatura, não é um bom histórico! Não é um bom histórico! Nesta legislatura, nós tivemos a CPI da Gautama, com muita dificuldade de investigação, com muitas decisões e contradecisões, requerimentos aprovados e requerimentos revistos na sua aprovação, logo em seguida. Nós tivemos também a CPI dos Cemitérios, que vinha desenvolvendo um excelente trabalho, abruptamente interrompido. Fazendo um trocadilho, é como se tivéssemos uma CPI dos Cemitérios sepultada com muita vida, com muita vida e com muitos requerimentos aprovados. Nós tivemos mais duas CPIs aprovadas nesta Casa: a CPI Digital, instalada e que não prosseguiu; e a CPI da Saúde, aprovada e que não conseguiu ser instalada.

Portanto, o histórico desta legislatura, que acontece sob o Governo, ou com o Governo Arruda, é um histórico que nos envergonha frente à sociedade. É preciso que esta CPI, cujo requerimento será lido daqui a pouco, seja uma CPI que possa apagar uma história de CPIs para não investigar. Nós não queremos aqui uma CPI para investigar a crise mais profunda que esta cidade já viu, uma crise que envolve cada uma e cada um de nós, que nascemos aqui, ou que optamos por fazer com que os nossos filhos tivessem nascido aqui, que cada um e cada uma de nós possamos ter a exata noção de que essa CPI da corrupção, com essa crise nunca dantes vista, possa não ser apurada.

A CPI é um instrumento que não pode ser utilizado para colocar uma cortina de fumaça em um processo de investigação, nem pode ser utilizado para substituir outros instrumentos de investigação. A CPI não pode ser utilizada para que não se investigue de fato e não pode ser utilizada para que não aprovemos o acatamento da ação de crime de responsabilidade.

Há motivos para uma CPI, sem nenhuma dúvida. É um instrumento importante porque nos permite, por exemplo, ir além do que nos prevê o regimento na nossa atuação diária. Uma CPI tem o poder de convocar pessoas de empresas, de convocar pessoas do Tribunal de Contas, de convocar pessoas que queira para realizar oitivas e poder destrinchar esse emaranhado, essa verdadeira rede



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	23

subterraneizada que hoje vem à tona, que indica tanta corrosão dos recursos públicos e que indica também tanto fermento à República.

Portanto, nós estamos assinando a CPI e achamos que há que se investigar, mas queremos alertar para que ela não repita a história recente que tivemos de outras CPIs. Queremos também dizer que esta CPI não pode ser uma desculpa, ou uma resposta, para uma sociedade que clama por respostas desta Casa, em substituição à discussão e deliberação, desta Casa, acerca da ação de crime de responsabilidade.

Nós, para além de tudo isso, temos outros desafios. Estamos teoricamente muito próximos do término do ano legislativo e eu me pergunto: esta Casa sairá de recesso? Esta Casa fechará as suas portas para todas as investigações que devem ser feitas e os seus Parlamentares entrarão em férias enquanto a cidade sangra, enquanto a cidade se sente traída, enquanto a política e o seu exercício mais legítimo e mais democrático correm risco, enquanto o imaginário popular começa a não apostar que é possível ter uma política dentro dos preceitos republicanos ou do Estado de Direito? Esta Casa fará isso na próxima semana? Esta Casa na próxima semana aprovará uma lei orçamentária com ações, repetindo ações orçamentárias que têm em seu bojo empresas que apareceram com pacotes de dinheiro sendo entregues ao Executivo? Não será revista a análise que foi feita até o momento? Porque há fatos novos, há pelo menos 10 empresas que aparecem como fornecedoras de recursos ilícitos. É preciso que possamos checar que ações estão sendo repetidas e que possamos, ao mesmo tempo, corrigir possíveis irregularidades e possíveis dotações orçamentárias que cairão no colo dessas empresas.

Portanto, Sr. Presidente, queremos a CPI, mas queremos que ela não repita o histórico de CPIs desta legislatura. Queremos que esta Casa não entre em recesso sem antes ter acatada a ação de crime de responsabilidade. Queremos, Sr. Presidente, que esta Casa possa se agigantar e mostrar que, no útero, toda realidade é grávida do seu contrário. Esta crise pode estar gestando o contrário do que estamos vendo todos os dias e nos fazendo extremamente impactados. Ou então falar como Drummond – me calo e dou voz ao Drummond – quando ele dizia que quando ninguém esperava, no meio do asfalto nasceu uma flor. Essa é a função que está dada para cada uma e para cada um de nós que fomos eleitos pelo povo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas deixar claro para todos os Parlamentares da Casa que o Orçamento se encontra na parte final, na relatoria final, mas ele está à disposição de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	24

qualquer Parlamentar para fazer qualquer análise, qualquer pedido. Aliás, devido os fatos, isso é justo. Ele está à disposição na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Em relação às empresas que estão envolvidas nesses escândalos, não há nenhuma dificuldade em tirarmos todos os recursos colocados para aquelas empresas, não há nenhum problema quanto a isso. Somente esclareço que a minha posição dentro da Casa é de transparência. Está aberto a qualquer Parlamentar, seja do PT, seja do DEM, para quem quiser olhar o Orçamento. Ele está à disposição de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Cristiano Araújo. Nós sabemos da transparência de V. Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores servidores desta Casa, imprensa, é muito complicado para todos nós, é difícil até de explicar perante os nossos eleitores tudo o que está acontecendo. Mas, antes, Deputado Cabo Patrício, eu gostaria de parabenizá-lo pela sua postura e dizer que a tentativa de descredenciá-lo é um golpe, um golpe para haver nova eleição. V. Exa. tem agido com completa lisura e levado à frente os trabalhos desta Casa.

Quando a sessão começou hoje, eu tive muita preocupação. Eu pensei: será que nós vamos agir hoje, votando logicamente coisas importantes, como se nada estivesse acontecendo? E Parlamentares aqui agindo como se tudo estivesse dentro da normalidade. Graças a Deus chegou este momento de apreciarmos a CPI. Digo, sim, que no primeiro momento fui contra, porque a CPI, até então, era para desviar as atenções reais da crise e concentrá-las em outras forças. Concordo com o que o Deputado Paulo Tadeu falou em tudo, até na tentativa de dizer que esta crise foi criada pelas oposições. É muito grave tudo isso. Como disse a Deputada Erika Kokay: "A cidade sangra". Nós temos vergonha de dizer que somos de Brasília lá fora. Nós temos, sim, que apurar. Entrar de férias num momento de crise é muito perigoso, também. A responsabilidade desta Casa, desta cidade, está sob o peso desta Casa. Se esta Casa não agir, a cidade não tem como agir. Então, eu entro neste coro de que nós temos, sim, que ter a responsabilidade de sair daqui deixando um processo em andamento de responsabilidades. Eu não vou me alongar, porque o que já foi dito aqui é de consenso, mas eu não poderia me calar neste momento. Agradeço a sua atenção.

Para encerrar, eu gostaria de mudar até o foco do assunto e prestar solidariedade à Primeira Igreja Batista Central, porque hoje faleceu a irmã Carmem, esposa do pastor Vilarindo, um casal que é uma referência para a nossa cidade, afinal de contas são 65 anos de casados. Eu gostaria até que posteriormente V. Exa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	25

fizesse um minuto de silêncio, porque são pessoas da nossa cidade que são referência. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Obrigado, Deputada Jaqueline Roriz. Eu só queria dizer, principalmente para esclarecer à imprensa que deve estar com dúvidas, que a liminar da juíza dando acesso às pessoas à galeria do auditório ainda não chegou às minhas mãos. E mesmo que já tivesse chegado, com muita tranquilidade, eu não daria acesso a ninguém a esta Casa no dia de hoje, até em função do clima que se estabeleceu aqui ontem. Os trabalhos precisam ser restabelecidos com garantias não somente aos Parlamentares, mas também aos técnicos, dando também uma satisfação para a sociedade. O clima começa a voltar à normalidade na Casa. Se percebermos que há condições, com certeza, as pessoas terão acesso à galeria e ao auditório, desde que tudo funcione dentro da maior normalidade possível. O que é mais importante, como muitos Parlamentares disseram aqui, é que este Poder preste satisfação à sociedade do Distrito Federal. Assim, foi em função disso que, hoje, nós não permitimos o acesso à galeria e ao auditório.

Convoco todos os Parlamentares para uma reunião, amanhã, às 14h, no cafezinho, com o Procurador-Geral da Casa, impreterivelmente. Da mesma forma que fizemos a reunião de hoje às 14h30min, amanhã será às 14h.

Está aberto o prazo, impreterível, até as 14h de amanhã para que os blocos partidários e os partidos indiquem os nomes para a eleição do Corregedor. Quatorze horas é o prazo limite, na Assessoria de Plenário. Quando abrirmos a sessão ordinária, às 15h, nós iremos eleger o corregedor *ad hoc*. Esse é o prazo para indicação. Caso contrário, iremos verificar no Regimento Interno como proceder.

Solicito à Assessoria de Plenário que publique a nova definição dos blocos partidários. Inclusive, o Deputado Rogério Ulysses passa a ser independente e a não pertencer mais a nenhum bloco. Há necessidade da publicação da proporcionalidade de cada bloco para a eleição da Comissão Especial e dos seus referidos membros, como também para a composição da CPI. Senão, não haverá condições de elegermos nem a Comissão Especial nem a CPI. Amanhã, com a publicação, na reunião, nós iremos definir a respeito da CPI.

Vou fazer aqui a leitura do requerimento para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que contém 24 assinaturas. Aliás, 22 assinaturas. A Deputada Eliana Pedrosa e o Deputado Paulo Roriz, que chegaram hoje, também assinaram. Todos os Parlamentares desta Casa – com exceção do Deputado Brunelli e do Deputado Leonardo Prudente, que se encontram de licença médica – assinaram o requerimento da CPI.

Requerimento nº 1.927, de 2009, de autoria de vários Deputados.

O requerimento diz o seguinte:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 12 2009	17h	48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	26

“Requer a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de condutas ilícitas e imorais de agentes públicos e políticos ocorridos no âmbito da CODEPLAN e em outros órgãos da estrutura administrativa do GDF, no período compreendido entre janeiro de 1.991 a novembro de 2.009. Referidas denúncias constituem objeto de inquéritos policiais, ações penais em trâmite no TJDF e Inquérito nº 650, de 2009, em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, que indicam a existência de desvio de dinheiro público, de crimes de formação de quadrilha, peculato, corrupção passiva, corrupção ativa, fraude a licitação e crime eleitoral materializados em investigações do Núcleo de Combate às Organizações Criminosas do Ministério Público do Distrito Federal, da Procuradoria Geral da República e da Polícia Federal, que teriam causado prejuízo ao tesouro do Distrito Federal e enriquecimento ilícito dos envolvidos.”

Solicito a publicação no Diário Oficial desta Casa, como também solicito ao Setor de Ata e Súmula que providencie a retificação. Reitero o pedido da publicação dos requerimentos da proporcionalidade dos blocos para que possamos fazer as indicações.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Deputada Jaqueline Roriz solicitou a V.Exa. um minuto de silêncio em respeito ao falecimento da esposa do pastor Vilarindo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito a todos os presentes que façamos um minuto de silêncio.

(O Plenário observa um minuto de silêncio.)

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência declara encerrada a presente sessão.

(levanta-se a sessão às 19h10min.)